



INFORMATIVO SEMANAL: POLÍTICA BRASILEIRA

Os Três Poderes da República

dez 2025

Semana 01 a 05 de dezembro de 2025

APRESENTAÇÃO

INFORMATIVO SEMANAL

Data: Semana do dia 01 a 05 de dezembro

Assunto: Descrição, por semana, das agendas e principais notícias sobre o cenário político atual (Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário) encaminhadas aos clientes do Escritório Bocayuva Advogados.

I- PODER EXECUTIVO

- O rombo das estatais não para de subir. O cenário preocupa o presidente Lula (PT), porque pressiona as contas públicas. Com o limite de *déficit* já estourado, a União se viu obrigada a bloquear R\$3 bilhões do orçamento de dezembro. A estatal com maior rombo é a ECT – Correios, que fechou 2024 com prejuízo de R\$2.5 bilhões e já acumulam, apenas no primeiro semestre de 2025, mais de R\$4 bilhões de prejuízo.
- O Banco Central do Brasil e o Conselho Monetário Nacional aprovaram a Resolução Conjunta nº 17, de 28 de novembro, que impõe regras mais claras sobre a nomenclatura “Banco” ou “Bank” para Instituições que não possuem autorização para tanto. Instituições de Pagamento, como a NUBANK ou PAGBANK deverão se adequar e modificar o que a norma chamou de “apresentação ao público”.
- Entrará em vigor, no dia 11, o novo Marco Legal dos Seguros. A lei 15040/24. Além de centralizar questões antes previstas em legislações esparsas, a norma estabelece obrigações previsíveis e claras para ambas as partes, deixando bem

claros os critérios a serem adotados por seguradora e segurado. Dentre as melhorias, a lei prevê início da contagem do prazo prescricional a partir do indeferimento da cobertura pela seguradora, modalidades de identificação do agravamento da doença e maior proteção dos dados do segurado.

II- PODER LEGISLATIVO

- Em resposta ao julgamento do ADPF 1259, a **Câmara dos Deputados** aprovou o **PL 3.640/23**, que impõe limites às decisões monocráticas de Ministros do STF. O PL possui a autoria do Deputado Marcos Pereira e foi relatado na CCJ pelo Deputado Alex Manente. O texto segue para o Senado Federal.
- **CPMI do INSS** aprovou a convocação do Governador de Minas Gerais, Romeu Zema, e do banqueiro Daniel Vorcaro, preso desde a última semana. Ao governador, foi apontada a possibilidade sua Financeira ter recebido valores dos descontos indevidos de aposentados, pensionistas e demais beneficiários da Previdência. O mesmo ocorreu com o banqueiro, citado como responsável pelo colapso do Banco Master e por também ter supostamente recebido valores desviados dos aposentados.
- O Congresso Nacional aprovou o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO – 2026). O texto aprovado trouxe um calendário de pagamentos de emendas parlamentares para 2026. O texto também prevê contingenciamento mirando o limite inferior da meta de resultado primário, o que dá conforto ao governo federal.

III-PODER JUDICIÁRIO

- O **Supremo Tribunal Federal (STF)** determinou que o General Heleno, condenado pela suposta trama golpista, passe por perícia médica oficial especializada a fim de esclarecer a incapacidade alegada e seu estado de saúde. Na oportunidade, o General informou transtornos psiquiátricos agudos e princípio de Alzheimer.
- O STF iniciou o julgamento de dois importantes casos para segurados incapacitados do Regime Geral e do Regime Próprio de Previdência. No **Recurso Extraordinário 1469150, com Repercussão Geral reconhecida (tema 1030)**, os ministros entendem ser Inconstitucional lei que diferencia valor da remuneração de aposentadoria por invalidez do RGPS. Para este caso, o placar está 5x4. Em outro caso emblemático, na **ADI 6336**, o STF julgará se há ou não rompimento do princípio da isonomia em casos de pagamento de contribuições previdenciárias por aposentados do Regime Próprio de Previdência acometidos por doença incapacitante.
- O **Ministro Nunes Marques** determinou, liminarmente, a suspensão de todas as normas e decretos municipais que autorizaram, criaram ou regularam loterias e apostas esportivas em âmbito local, nos autos da **ADPF 1212**. A decisão estabelece multa diária de R\$ 500 mil a municípios e empresas que continuarem a prestar o serviço e de R\$ 50 mil aos prefeitos e presidentes das empresas credenciadas que mantiverem a exploração das atividades lotéricas.
- O **Ministro Gilmar Mendes** decidiu, nos autos da Arguição de Descumprimento de preceito fundamental nº 1.259, a não receptividade de alguns artigos da Lei de Impeachment, como

o que determina quórum mínimo para a abertura de processo de impeachment contra Ministros do STF e legitimidade para apresentação de denúncias. O Ministro também entendeu que não é possível instaurar processo de impeachment com base unicamente – direta ou indiretamente – no mérito de decisões prolatadas pelos integrantes das cortes superiores ou da corte suprema. [Leia a íntegra da decisão.](#)

IV-PROJEÇÃO DA AGENDA MENSAL

Abaixo, segue agenda dos eventos mais importantes do mês de dezembro dos três ponderes e no Mercosul.

- **09/12** - Início da reunião do Comitê de Política Monetária do Banco Central.
- **10/12** - Comitê de Política Monetária do Banco Central anuncia taxa básica de juros (Selic).
- **14/12** - Segundo turno da eleição presidencial no Chile entre Jeannette Jara, de esquerda, José Antonio Kast, ultraconservador.
- **15/12** - O Banco Central divulga o IBC-Br (prévia do PIB) de outubro.
- **17/12** - Sessão do Congresso Nacional para votar da Lei Orçamentária Anual (LOA 2026).

- **19/12** - Termina o mandato de Romison Rodrigues Mota como diretor da Agência Nacional De Vigilância Sanitária (Anvisa).
- **20/12** - Prevista assinatura do acordo entre Mercosul e União Europeia, no Rio de Janeiro.
- **22/12** - Último dia de atividade no Congresso Nacional.
- **31/12** - Terminam os mandatos de Renato Dias de Brito Gomes, diretor de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução do Banco Central, e de Diogo Abry Guillen, diretor de Política Econômica.